

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no SCS Quadra 06, Bloco A, 2º Andar – Sede da SEGETH, Brasília - DF, ocorreu a 25ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a seguinte pauta: **1 – Ordem do dia:** **a)** Aprovação das Atas 28ª RE e 29ª RE. **b)** Apresentação sobre Estudos de Integridade de Ecossistemas Aquáticos Professor – Mauro Lambert Ribeiro/IBGE. **c)** Manifestação da Câmara Técnica sobre metas do PROGESTÃO e Aplicação dos Recursos/Presidente da CTPA. **d)** Apresentação do Relatório SEMA – Recomendações do CRH/DF e MPDFT. **2. Informes.** Fizeram-se presentes o Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, em exercício, Sr. CARCIUS AZEVEDO SANTOS, que presidiu a reunião e os seguintes Conselheiros (as): EDNA AIRES (SEGETH); JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO (SINESP); ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA); MARIA DO CARMO MAGALHÃES CÉZAR (CAESB); CLÁUDIO CARVAHO GUEDES (CEB); ANA PAULA D. DE C. MACHADO (FIBRA); TEREZINHA LIMA (UNICA-DF); ROGER BENAC (FECOMERCIO); MARCOS H. FERNANDES MONTENEGRO (ABES); MÔNICA VERÍSSIMO (Fórum ONGs); FLÁVIA RIBEIRO DA LUZ GUIMARÃES (Fórum ONGs). Os demais Conselheiros (as) não justificaram suas ausências. O **Presidente** deu por aberta a 25ª Reunião Ordinária do CRH-DF. Solicitou inversão de pauta e informou que a Conferência Distrital do Meio Ambiente será realizada na EAPI, na 907 Sul, dias 25 e 26. Lembrou que, por decisão da Comissão Distrital organizadora da Conferência – COD, os membros do CRH e CONAM são delegados natos. Informou que será enviado o documento que será trabalhado na conferência, já sistematizado com as contribuições das seis pré-conferências. Sobre o **Item 1a** da pauta o presidente informou que as atas não foram enviadas aos conselheiros, razão pela qual o item será retirado de pauta. O Presidente seguiu com o **Item 1b** da pauta e convidou o senhor Mauro Lambert/IBGE para proceder à apresentação. O apresentador cumprimentou a todos e deu início à apresentação sobre a “Gestão Sustentável do Lago Paranoá – Brasília – DF” lembrando a importância de o Distrito Federal pensar a integração da agenda de recursos hídricos e agenda ambiental, visto que é um desejo antigo da sociedade e está na lei de recursos hídricos. Ressaltou que a motivação está em alguns instrumentos de Gestão Pública que são oportunidades para essa integração. Em escala global está o 8º Fórum Mundial da Água – 2018. No âmbito nacional está a Política Nacional de Recursos Hídricos, por meio do legado que ANA e os Conselhos de Recursos Hídricos estão deixando. E em escala local está a insegurança hídrica do DF e a bacia do Lago Paranoá. Lembrou que a preservação da água passa pela preservação dos ecossistemas aquáticos e que esse é um tema que não pode ficar fora da pauta de recursos hídricos e nem estar na agenda ambiental separada da agenda de recursos hídricos. O apresentador destacou que, em 2005 a ONU desenvolveu um modelo conceitual que pautou a avaliação ecossistêmica do milênio. Esse método coloca o ecossistema no centro das questões humanas. Estima que se o ecossistema estiver funcionando ele produz uma série de funções que geram serviços ambientais que são fundamentais para o bem-estar humano. Essas funções dependem da integridade dos

ecossistemas, que pode ser deteriorado pelos vários usos humanos que interferem diretamente na capacidade dos sistemas de prover serviços ambientais também para o bem-estar das pessoas. As pessoas conseguem retroalimentar o sistema melhorando as políticas públicas para manter os ecossistemas, as funções e os serviços ambientais de forma a garantir o bem-estar humano. Esse é o grande desafio. A crise hídrica no DF está posta e tem vários componentes, um deles se apresenta como uma janela de oportunidades para pensarmos essa integração ecossistêmica. Lembrou que é muito importante compreender que o Distrito Federal está numa reserva de biosfera. Quase todo o DF é reserva da biosfera do Cerrado. Este termo é cunhado internacionalmente pela UNESCO, para áreas que são muito especiais do ponto de vista ambiental. Então, o DF tem três áreas núcleos da reserva da biosfera que são: o Parque Nacional de Brasília, Águas Emendadas e a APA Gama e Cabeça de Veado. Entre elas existem as zonas de transição cujo objetivo é a proteção dos ecossistemas aquáticos para que eles possam prover os serviços ecossistêmicos, contudo, o desafio para o poder público e a sociedade é apresentar propostas sustentáveis para essas áreas de transição. O apresentador lembrou que um dos pilares da segurança hídrica é a proteção aos ecossistemas aquáticos para manter sua integridade e estabilidade dinâmica. Lembrou que o Brasil enfrenta alguns problemas que comprometem a segurança dos ecossistemas aquáticos, a exemplo dos vivenciados na Amazônia com a expansão das hidroelétricas, no Centro Oeste com a expansão das fronteiras agrícolas e alta demanda de água, o Sul e Sudeste sofrem com a poluição hídrica e o Nordeste é comedido pelo permanente déficit hídrico. Lembrou que existem seis grandes atributos que regem a integridade dos ecossistemas aquáticos: o primeiro é a vazão e regime hidrológico, o segundo a qualidade da água e dos sedimentos, terceiro estrutura e estabilidade dos ambientes aquáticos, o quarto é a fonte de produtividade do sistema, o quinto é a biodiversidade e os processos ecológicos e, por último, os padrões de conectividade do sistema. O apresentador informou que há um projeto desenvolvido para todo o Distrito Federal, com 600 trechos de rios amostrados, divididos em unidades de conservação onde há menos impactos antrópicos e que pode oferecer uma referência melhor de níveis de organização do sistema, áreas degradada, áreas sobre influência urbana, áreas sobre influência rural que permitirá estabelecer modelos correlacionados à integridade dos ecossistemas aquáticos com os usos da terra. A seguir explanou sobre regime hidrológico ou vazão, que é a quantidade de água que passa pelos reservatórios. Apresentou dados do Parque Nacional, do Ribeirão de Torto e os tributários contribuintes: Milho Cozido, Vargem Grande, Santa Maria, o Três Barras e o próprio Ribeirão do Torto, com vazões diferentes. Esclareceu que eles estão operando dentro dos níveis esperados para o sistema. Quanto ao reservatório de Santa Maria, o apresentador explicou que é um reservatório isolado, que não tinha água vertendo naquele momento, fato que só corre em momentos de extrema cheia. Isto não é bom do ponto de vista ecológico. O córrego Três Barras tem muita água e afoga o trecho, que é bem pequeno, por isso não há seca. Um problema grave detectado no local foi a introdução de espécies exóticas. Nesse sentido, o fato do sistema estar isolado foi uma proteção para o restante do Parque. Informou que houve diminuição de vazão no córrego Três Barras. Acrescentou que, em termos de regime hidrológico, o importante é manter os cursos de inundação, pois é o grande organizador de todo o ecossistema aquático. Esclareceu que quando há desmatamento do Cerrado, antecipa-se a enchente, o pico hidrológico é muito

maior, e a água fica menos tempo no sistema. Também chamou a atenção para os efeitos do controle hidrológico sobre a água: aumento da dimensão populacional, afogamento de habitats, controle do regime nos reservatórios e à jusante, sedimentação excessiva, fragmentação de habitats e comunidades, aumento da taxa de mortalidade e diminuição dos sinais ambientais para a parte viva do sistema. O apresentador informou que no Parque Nacional a qualidade da água não tem problema algum, contudo, em relação ao córrego do Torto, na jusante há registros de vários problemas causados pelo uso da terra nas proximidades, em virtude da existência de áreas agrícolas e urbanas despejando esgotos e também pela chegada de águas pluviais com esgoto clandestino. O reservatório de Santa Maria há qualidade de água preservada com tendência de acúmulo de nutrientes, principalmente fósforo, por causa das queimadas. Na represa do Torto a qualidade da água é preservada mas há indícios de sedimentação oriundas das cascalheiras à montante, que estão dentro do parque. Estas foram às áreas de empréstimo para a instalação de reservatórios, e a CAESB terá que tomar alguma providência agora. No Lago Paranoá comunicou que a qualidade de água melhorou, porém, está piorando novamente nos braços do Riacho Fundo e do Bananal, onde estão as ETIS e, em virtude do crescimento populacional naquela região, a quantidade de efluentes aumenta e o córrego perde a capacidade de diluição. Alertou que é preciso olhar esta questão com muito cuidado, pois, agora está sendo captando água do Paranoá para abastecimento humano. A represa do Torto é um ambiente importante, com muita diversidade de plantas aquáticas, com diversidade de plantas aquáticas, com muita estrutura de ambientes e alta diversidade de espécies. Explicou que, em síntese, tanto ambientes lóticos quanto lênticos, naturais e artificiais, ou seja, as represas e os córregos estão bem estruturados, porém, conseguem captar impactos até dentro do Parque Nacional, em cima dos ecossistemas aquáticos e em cima dos habitats. Apresentou alguns impactos do ambiente físico como sedimentação das represas, vazão reduzida, sessão de canais e poluição frequente, assoreamento e diminuição de vazão nos córregos das proximidades. Explicou que os ecossistemas precisam de energia para funcionar, e que a fonte de energia vem da mata de galeria e, que, portanto, é extremamente importante que sejam mantidas as matas de galeria ao menos de 38 metros de largura quando se tem o Cerrado intacto. Para os casos de áreas agrícolas são necessários 90 metros de mata de galeria para equilibrar. Se for área urbana são necessários 120 metros de mata. Lembrou que há a intenção de proteger a mata de galeria, e que irão fazer um amplo esforço para reconstituir mata de galeria nos córregos, com a largura necessária, na bacia Sul e na APA Gama Cabeça do Veado. Acrescentou que o zoneamento da APA já determina 80 metros de largura, está na Lei. Lembrou que o principal indicador é a ictiofauna e que as comunidades de peixe são muito bem estruturadas, e quando há impacto é possível ser percebido na desequilíbrio dessas comunidades, o que também acontece nos reservatórios. Informou que o último indicador isolado é a conectividade, que ocorre em várias dimensões, e as veredas que são protegidas por lei, são o berçário dos ecossistemas aquáticos e que age como um grande filtro para tudo que vem de terra firme. Quanto à escala da paisagem, na escala do hábitat, comunicou que segue o mesmo padrão, e juntando todas as escalas, a integridade total segue um padrão apenas em algumas poucas áreas que estão dentro do quadrante do padrão, e os outros estão em estado de alerta ou degradados. Sobre a pesca no Paranoá, explicou que, quando se criou o Lago Paranoá afogou-se o antigo rio: Gama, Ribeirão do Torto, Bananal e Riacho Fundo, e

com isso, perde-se 37, das 48 espécies nativas de peixe existentes. Depois foram colocadas 15 espécies exóticas de peixe no Lago. Em síntese, nos córregos à montante tem 48 espécies nativas, no Lago Paranoá tem 11 e à jusante tem 17. Tem 7 exóticas à montante que saíram do Lago e penetraram os afluentes. Tem 14 espécies dentro do Lago e à jusante tem seis. Lembrou que através da composição de espécies é possível detectar as alterações que estão acontecendo. Além do efeito de alagamento, o Lago sofreu também o efeito da poluição, fato que eliminou mais espécies ainda. Isso fez com que a fauna dos quatro afluentes ficasse isoladas entre si. Quando o Lago foi despoluído essa fauna passou a usar o Lago como dispersão e aumentar a similaridade dessa fauna nos afluentes. Chamou a atenção para as Veredas, que são protegidas por Lei e são, juntamente com as matas de galeria, o berçário dos ecossistemas aquáticos e o grande filtro para tudo que vem do ambiente. Os rios do DF são altamente dependentes dessas duas variáveis. Nos córregos tem poucos predadores e são estruturados de baixo pra cima, então é o substrato quem define o controle. Em represas a regulação é de cima para baixo, são os predadores quem regulam a cadeia trófica. Juntando todos os indicadores tem-se o que chamamos de integridade. Existem vários pontos degradados que precisam de manejo para recuperar. Sobre a pesca clandestina, lembrou que esta ocorre no Lago Santa Maria, mas não no Paranoá. Lembrou que o Santa Maria está dentro do parque Nacional e, portanto, não deveria haver pesca no Santa Maria, pois isto pode provocar impactos na ictiofauna e alterar o ecossistema. Seguindo com a observação ao longo do tempo, dividindo em áreas rurais e urbanas, o que se pode observar é um decréscimo de integridade em todos os sistemas, e este fenômeno está chegando para as unidades de conservação, pois os efeitos estão subindo. Chamou a atenção do Conselho para um fenômeno que está acontecendo em todo o DF, que é o rebaixamento do lençol freático: isso está acontecendo em Águas Emendadas, que já não emenda mais, no Parque Nacional, no APA Gama Cabeça de Veado e nos outros afluentes. Isso desencadeia um processo de sedimentação dentro do sistema. Sobre as Águas Emendadas lembrou que o ponto que emenda está há mais de dois quilômetros da marca lá registrada, onde há o córrego Vereda Grande e o Brejinho. Hoje, sabe-se que lá não está mais emendendo. Sobre o papel da pesca no Lago Paranoá fez um breve histórico sobre a vida no Lago. Informou que na década de 60 o Lago apresentou os primeiros sinais de poluição, em 70 ele não aguentou e entrou em colapso, a manchete dos jornais diziam “Brasília fede”, foi para a UTI em 80 e 90 passou por lenta recuperação com as estações de tratamento de esgoto. Ocorre que o Lago tinha poluição estocada, e apesar do tratamento do esgoto, a qualidade da água do Lago não melhorava em virtude do que estava estocado nos sedimentos e nos peixes, visto que o lago era um tanque de piscicultura à céu aberto. A densidade de peixes exóticos era altíssima: carpa e tilápia principalmente, e eles revolviam os sedimentos e disponibilizavam fósforo e nitrogênio para a coluna d’água, as algas cresciam e a CAESB tinha que jogar toneladas de sulfato de cobre, porque se elas morrerem, “fede Brasília de novo”. Na virada do século, o Lago melhorou rapidamente. Atualmente está saudável. Ocorre que nos braços do Riacho Fundo e Bananal, onde estão as ETEs, já estão dando sinais de poluição, indicando que estes já estão no limite da capacidade de suporte. A seguir o apresentador passou ao histórico do que aconteceu com a ictiofauna: nos anos 60 houve um ajuste extremo nas comunidades de peixes, com perda de 60% de espécies nativas. Em 70 as comunidade foram adquirindo estabilidade dinâmica no reservatório, porém com homogeneidade de espécies. Em 80

detectou-se a heterogeneidade das espécies. Na década de 90 a estratificação se consolidou. Em 2000 houve um *flashing*: jogou-se água podre pra fora pra gerar energia e, essa água podre foi para Goiás. A nova água que veio para o Lago, como já passava pelas duas ETEs permitiu que o Lago fosse cheio com água de boa qualidade e subitamente ficou transparente e propício à balneabilidade e outras atividades. O apresentador lembrou que nos anos 60, no regime da Revolução, houve uma Lei proibindo a pesca no Lago Paranoá em virtude da segurança nacional, contudo, ela continuou existindo de forma clandestina pelos “barrageiros”, pescadores especializados na pesca em barragens. Em 70-80 houve intensificação da pesca clandestina, seguindo o aumento da massa de tilápias e carpas associadas à crescente eutrofização. Com isso o Lago foi poluindo e expandindo a proibição de espécies exóticas que se adaptam bem a ambientes poluídos. Nos anos 90 houve poluição formal da pesca no Lago, sob o argumento de poderia se extinguir as espécies e houve excesso de biomassa e mortalidade de peixes e o Lago voltou a feder. Então a estratégia adota no final dos anos 90 era de liberar a pesca, porque isso significava a retirada de biomassa do Lago e introduzir a carpa prateada, estéril, que deveria ajudar a filtrar o Lago, prestando um serviço ecossistêmico. A partir de 2000 houve o *flashing*, o Lago oligotrofizou, ou seja, ficou mais pobre em nutrientes, e com isso, houve um ajuste nas comunidades de peixes e na pesca. O apresentador lembrou que foi feita uma operação de eco sondagem para estimar a população de peixes no Lago e estimou-se em média 1400 toneladas de peixes. Depois foi feito experimento no Riacho Fundo, onde se estimou 100 toneladas no trecho analisado, próximo a Ponte das Garças. Também foi calculado 150 toneladas de estoque pescável no Bananal e 175 no Riacho Fundo. Nesse momento, ocorreu o fim do monitoramento que vinha sendo feito e iniciou-se um cadastramento para pesca ecológica, com licenciamento e, também se deu início ao monitoramento dessa pesca liberada. Apresentou os dados de captura da pesca. Nesse contexto, o resumo de captura foi: 1999 quando a situação ainda era de poluição, o estoque explotável era de 770 t e caiu para 392 t – 52% de redução. A captura por unidade de esforço, por dois pescadores era 41 kg/dia, caiu para 23 kg. Esforço necessário para controlar a poluição era de 329 pescadores ou 164 duplas, caiu para 130 pescadores, considerando a redução do estoque explotável. Desse trabalho saíram as seguintes recomendações, que, em 2004 foram repassadas a este Conselho: autorizar o máximo de 184 pescadores. Discutir a possibilidade da liberação de malhadeiras. Redesenhar o sistema de monitoramento da pesca comercial. Monitorar a pesca esportiva. Monitorar o estoque pesqueiro. Na ocasião esses dados eram reportados ao IBAMA e o projeto foi cunhado de um modelo brasileiro, onde se tinha toda uma base científica de produção dos dados. Quando foi criada a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, o processo foi repassado à SEMA e depois de criado o Conselho a SEMA repassou para ele. Na época foi feita uma apresentação desses dados ao CRH e naquela ocasião o Conselho pediu vistas ao processo e não se manifestou até hoje. Esta é a última notícia que tive do Processo. A pesca não foi legalizada, continua na clandestinidade e, a polícia ambiental deixou de policiar. A CAESB parou de pagar o monitoramento por não ter uma Lei que amparasse o processo. Lembrou que dentro desse processo o Lago parou de ser monitorado. Atualmente, o que se sabe é pelos dados de qualidade da água, a exemplo dos dois braços, Riacho Fundo e Bananal estão voltando à poluição e, com isso, volta a necessidade premente de monitoramento. Supõe-se que o Lago

só não tá com qualidade pior porque a pesca, embora clandestina, retira muita biomassa do Lago. O apresentador concluiu recomendando ao Conselho que resgate o Processo e reexamine-o, tendo em vista que se faz necessário uma nova avaliação do Lago Paranoá, visto que estamos há 15 anos sem monitoramento e todos os anos a questão do aparecimento de algas no Lago Paranoá retorna e a solução passa pelo controle da pesca. Para finalizar lembrou que não existe nenhuma proposta concreta de legislação, mas alguns conceitos são fundamentais de serem aprovados, a exemplo da segurança hídrica, que coloca a proteção dos ecossistemas aquáticos como um dos pilares. Outro ponto importante é o pagamento por serviços ecossistêmicos, como: os produtores de água, etc., que precisa ser regulamentado. Também está sendo discutida a outorga de diluição de efluentes. As regras vão mudar e é importante acompanhar os efeitos, assim como, utilizar a pesca como importante instrumento de manejo. Também estão discutindo a proteção de recursos hídricos especiais. A Resolução do CONAMA diz que onde não tem enquadramento fica classe 2. No documento em estudo está proposto para classe 1. Isso favorece os ecossistemas aquáticos, embora o enquadramento considere só a qualidade da água, mas não é possível manter a qualidade da água se não tiver uma mata de galeria potente para conter a sedimentação e a poluição que vem de fora. Nesse contexto da proteção de recursos hídricos especiais vem a pergunta: o que fazer com os estuários? A resposta é fazer nada. Porque os estuários já estão aí, resultante do processo de colocar cidades onde antes eram veredas, aterrando as nascentes e acelerando o processo de sedimentação, que entope os córregos e o próprio Lago. Mas isto é fato e o sistema já está adaptado assim, só resta assistir o processo de comutação e torcer para consertar o problema lá nos córregos, onde precisamos aumentar as matas de galerias e evitar novas invasões nessas áreas importantes. A **Conselheira Priscila/CEB** questionou sobre a situação de “*flashing*” citada pelo apresentador e registrou que recentemente a CAESB solicitou informações sobre este episódio e a CEB fez um levantamento à procura das informações nada encontrou neste sentido. Não há registros na CEB de que houve algum *flashing* por volta do ano 2000, não há registro na usina de nenhuma abertura do vertedouro ou operação diferente da geração, que se relacione com a melhoria na qualidade de água. O **Senhor Mauro Lambert** explicou que coincidiu com o período mais seco do Lago Paranoá, e que deve ter havido em seguida uma grande cheia renovando a água, pois como não há nenhum registro de fenômeno climático à época as informações levaram a crer em *flashing*. O **Presidente da reunião** agradeceu pela valiosa apresentação e liberou o espaço para considerações da Plenária. O Conselheiro **Montenegro/ABES-DF** agradeceu pela palestra e destacou que em relação ao controle da erosão e sedimentação na bacia do Lago Paranoá, é possível fazer mais que torcer. A ABES/DF entende que, nesse assunto, estamos extremamente atrasados na criação de uma política de controle de sedimento de obras da Construção Civil, visto que algumas cidades já avançaram bastante. Lembrou que o Código de Edificações está em discussão na Câmara Distrital, e existe proposta de cuidado e restrição com esse assunto. Temos que tomar cuidado com o assunto porque sabemos que as obras públicas são o exemplo do que não devemos fazer no que se refere ao controle de sedimentos de obras. Pediu ao Conselho que acompanhasse este tema mais de perto. Outra questão de grande importância, que já foi alertada pela ABES/DF neste Conselho, é sobre, de quem é a responsabilidade para retirar o esgoto da galeria de águas pluviais, uma vez que no Distrito Federal há o conceito de

separador absoluto, onde água pluvial não se mistura com esgotamento sanitário. Informou que a responsabilidade do tratamento do esgoto é da companhia que faz o esgotamento sanitário e enfatizou que coletar, transportar e tratar esgoto no DF é de competência da CAESB. A responsabilidade das galerias de águas pluviais é da NOVACAP, assim, se esgoto é depositado nas galerias de águas pluviais a NOVACAP tem que procurar saber como este esgoto foi parar lá dentro e estancar o problema. O DF está há anos convivendo com isto e não pode continuar. Este Conselho precisa intervir. Salientou que, se as instituições chegarem à conclusão de que não vão conseguir tirar todo o esgoto das galerias de águas pluviais, pois é uma tarefa muito difícil, então deveriam buscar a solução de construir a tomada de tempo seco, que permite interceptar o esgoto remanescente das galerias de águas pluviais e encaminhar para as estações de tratamento de esgoto. Existem vários exemplos no mundo a respeito disto. Este Conselho precisa se apropriar desta discussão para avançar em algumas causas da piora de poluição do Lago. A **Conselheira Mônica Veríssimo/Fórum ONGs**, sugeriu que seja criado um Grupo de Trabalho – GT neste Conselho para resgatar o processo de monitoramento do Lago e fazer as primeiras avaliações das informações contidas no lá e orientar posteriores encaminhamentos nessa temática. Perguntou ao apresentador como seria a o processo de utilização de peixes para a despoluição do Lago e monitoramento. A **Conselheira Maria do Carmo/CAESB** pediu ao apresentador que fale um pouco mais sobre a pesca clandestina no reservatório Santa Maria. Chamou a atenção para a questão da deposição de sedimentos oriundos da obra do trevo Norte, onde era possível observar montanhas de resíduos acumulados ao lado do Lago. Informou que a CAESB já teve o programa caça esgoto, que foi retirado, não soube informar a razão mas, disse que a CAESB está reavaliando essa questão. O **apresentador Mauro Lambert**, em resposta ao questionamento da Conselheira Mônica , propôs que em primeiro lugar deve-se tentar entender como está a pesca, e a primeira coisa é montar novamente um esquema de monitoramento da pesca e, para isto é necessário alocar financiamento para tal. O Segundo ponto é fazer uma nova avaliação do Estado trófico do Lago Paranoá e da cadeia trófica. Disse entender que a criação do GT é uma boa ideia e lá será possível pontuar passo a passo do que é necessário. Quanto ao questionamento sobre pesca clandestina, informou que detectaram vários sinais de pesca clandestina, inclusive no Parque Nacional no Lago Santa Maria. Lembrou que o Parque Nacional está preservando uma das espécies de peixe ameaçadas de extinção do Brasil, e que é preciso um incentivo para fazer o monitoramento no local. Quanto aos sedimentos que estão vindo de obras, especialmente as do Trevo Norte, disse concordar que é preciso ter muito mais cuidado e que há tecnologia para evitar a geração de resíduos e que o problema precisa ser pensado de forma integrada, para que sejam implementadas obras limpas, bem executadas. Também salientou que é preciso aumentar a capacidade de suporte dos córregos e também, o replantio das matas de galeria. Neste sentido é preciso que um amplo programa de reflorestamento das matas de galeria seja pensado para o DF. A **Conselheira Flávia Ribeiro/Fórum das ONGs**, sugeriu ao Conselho que também recomende às autoridades competentes que seja feito um monitoramento dos efeitos decorrentes da segunda pista do aeroporto sobre o Lago. Outra recomendação é sobre a alteração da orla do Lago Paranoá, que causou uma grande evasão de animais que foram atropelados. Aproveitando que haverá uma nova avaliação das condições do Lago Paranoá sugeriu que seja feita uma investigação sobre os efeitos da Vila Telebrasília sobre o Lago. A

Conselheira Ana Paula/FIBRA perguntou sobre o licenciamento do Condomínio Taquari, ao que o Presidente informou que da parte do Governo o licenciamento está suspenso. A Conselheira perguntou qual órgão do governo é responsável pelo monitoramento dos peixes no Lago Paranoá para que o CRH já saia da reunião com um encaminhamento, que pode ser uma moção. O **Presidente** respondeu que é necessário olhar com cuidado as proposições levantadas, que guardam relação com o tema, a exemplo do código de obras que está em análise, e a questão do esgotamento sanitário que chega ao Lago pelas galerias de águas pluviais, conforme informações da ABES/DF, o monitoramento da pesca, informado pelo apresentador do IBGE, a questão do Processo de 2004 que a secretaria executiva deve resgatar, e após analisar todas estas informações voltaremos com este assunto para deliberarmos com mais segurança. Ressaltou ainda que o Conselho, pela responsabilidade que tem, deixará tudo bem pautado e organizado para o caso de futura mudança de gestão a ação seja continuada. Prosseguiu ao **Item 1c** da pauta: O **Conselheiro Montenegro/ABES/DF** informou que a última reunião da Câmara Técnica tratou do assunto Pró Gestão nos aspectos que precisam avançar para conquistar as posições que estão previstas no termo de acordo entre o DF e a ANA. Informou que a ADASA examinaria cada um dos pontos e traria para a próxima reunião da Câmara Técnica. Outro ponto destacado pelo presidente da CTPA foi que está previsto para uma próxima reunião da CTPA, que deverá acontecer no início de dezembro, a alocação dos recursos provenientes do PROGESTÃO. Acrescentou que uma sugestão para a próxima reunião da CTPA é que fosse centrada na apresentação do trabalho feito pelo consultor da ADASA, e que a discussão sobre a alocação do recurso do Pró Gestão e da continuidade da discussão das metas fossem deixadas para a reunião subsequente, no início do próximo ano. A **Conselheira Alba/ADASA** informou que, o trabalho de consultoria encomendado pela ADASA foi resultado de pedido dos Comitês de Bacias, de estudo sobre a cobrança de água no DF para subsidiar os Comitês de Bacias na elaboração de um Plano de Cobrança a ser encaminhado para apreciação do CRH/DF. O contrato da consultoria prevê apresentação ao CRH e aos CBHs antes da conclusão dos trabalhos e a ADASA solicitou ao CRH reunião extraordinária, que será conjunta com os CBHs para a apresentação da minuta de relatório da Consultoria. A reunião está prevista para o dia 04 de dezembro. O **Presidente** consultou submeteu a proposta do Conselheiro da ABES a votação, e foi aprovada por unanimidade. Prosseguiu com o **Item 1d** da pauta e convidou o **senhor Sérgio Ribeiro/SEMA**, para proceder a apresentação do relatório resultante da Portaria 069/2017/SEMA, que criou um Grupo de Trabalho – GT para analisar as recomendações do Ministério Público e as Recomendações do CRH/DF sobre a Crise Hídrica. Salientou que o documento enviado pelo GT analisou 25 recomendações do CRH e 64 do MPDFT. Destacou que muitas das recomendações foram endereçadas à instituições específicas, porém, 29 delas, quase a metade, ficaram sem o endereçamento. O GT dividiu o trabalho em dois momentos: àquela endereçadas à SEMA, primeiro deu um *status* de como estavam encaminhando a questão, e um segundo momento que requereu uma análise mais minuciosa para distinguir de quem é a atribuição no caso específico. Informou que a apresentação irá focar nas atribuições da SEMA e sugeriu que fosse as demais instituições que tem relação com a gestão de recursos hídricos, citadas no documento do MPDFT apresentem os desdobramentos do que foi recomendado pelo Ministério Público. Acrescentou que o relatório do GT tem 96 páginas,

com riqueza de detalhe sobre cada assunto e que poderá ser disponibilizado aos Conselheiros. Informou que no segundo semestre de 2016 foi deflagrada a situação de escassez hídrica e, em 14 de março de 2017, o Ministério Público convocou uma audiência pública para debater o tema, e no mesmo mês o Presidente do CRH lança o relatório com as 23 medidas para enfrentamento da crise hídrica. Em abril o MPDFT lançou o documento com as Contribuições do Ministério Público para o Enfrentamento da Crise Hídrica no DF e encaminhou para diversos órgãos do Poder-Executivo, incluindo o CRH/DF. Em julho a SEMA cria, por meio da Portaria 69, o GT de acompanhamento das contribuições do MP. Explicou que o item 39, no documento do MPDFT dispõe sobre a *“agilização pela Sema, com o devido apoio institucional da Casa Civil e demais órgãos competentes, da conclusão do Projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Legislativa para aprovação do ZEE cujas diretrizes devem nortear a aprovação do PDOT, LUOS, PPCUB e Lei de Permeabilidade do Solo, visto tratar-se de instrumento de planejamento territorial que tem precedência sobre os demais, dada a sua incumbência de orientar a ocupação do território de acordo com a capacidade de suporte, cujos limites se desrespeitados levam a situações críticas de insustentabilidade a exemplo da própria crise hídrica atual”*. Informou que a Casa Civil e o Comitê Político estão revisando o ZEE e a precisão era encaminhar para a Câmara Distrital, no dia 08 de dezembro. Outra recomendação foi sobre o ato de criação de APM relativa à captação da ETA do Lago Paranoá e restabelecimento da APM do Descoberto sobre a qual informou que está sendo feita uma consulta à AJL juntamente com a SEGETH, SEMA e CAESB, que também respondem pelas APMs para decidir a melhor forma de tratar o assunto. Ressaltou que a estação de tratamento de água do Paranoá foi inaugurada no mês de outubro, e a partir do início das atividades irão trabalhar a questão da criação da APM para proteger a área. A **Conselheira Alba/ADASA** questionou sobre o projeto de captação da CAESB para a área perto da barragem, onde estaria a APM. Ao que o apresentador respondeu que se trata de barragem provisória, mas que irá permanecer, e foi provisória por conta do momento da crise hídrica, contudo, foi envidado um esforço para criá-la visto que continuará produzindo 700 litros por segundos. A **Conselheira Maria do Carmo/CAESB** afirmou que quanto à questão do Lago Paranoá deve-se tratar a bacia como um todo, bem como a gestão e a capacidade de suporte do Lago Paranoá com toda a parte central, e informou que, em acordo com estudo feito pela CAESB e em função de todos os monitoramentos que existem, a capacidade de suporte do Lago Paranoá está sendo revisada. O apresentador informou que outro item é realizar estudos pela SEMA e IBRAM para avaliar a possibilidade de recategorização da ReBio do Descoberto, criada sobre Área de Preservação Permanente. Acrescentou que está em andamento a articulação institucional pela SEMA e TERRACAP com o ICMBio para inclusão na Floresta Nacional de Brasília da APM Currais, em Taguatinga, composta por terras de propriedade da TERRACAP cujos solos hidromórficos tornam imprópria para ocupação, inclusive rural, definindo-se a retirada e a relocação de seus ocupantes históricos que tenham direito a tanto. A **Senhora Nazaré Soares/SEMA** complementou que as 29 recomendações que o Ministério Público não atribuiu a nenhuma instituição, na opinião do GT, boa parte destas ações têm interface com a SEMA, e também tem interface com outras instituições, e, portanto, optaram por fazer uma consulta jurídica antes de trazer uma proposta e finalizar o documento. O Presidente da reunião comunicou que há um problema estrutural no SISDIMA, uma vez que houve muitas

mudanças ao longo de tempo em relação aos órgãos que o compõem, e que há um emaranhado de sobreposições, de sobreposições e de lacunas sobre os quais os entes do sistema precisam se debruçar sobre e fazer um estudo mais aprofundado do sistema como um todo. O **apresentador** passou às recomendações oferecidas pelo CRH e informou que a primeira recomendação do CRH, cujo relatório foi assinado pelo presidente do Conselho, foi sobre a Resolução ADASA que tratou dos volumes de referência e ações de contenção em situações de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto em Santa Maria, com proposta de adoção de critério mais rigoroso para definição do estado de alerta, passando de 30%, proposto originalmente pela ADASA, para 40%. A segunda contribuição para as resoluções de outorga e de recarga de aquífero da ADASA que deverão ainda ser objeto de debate mais aprofundado da Câmara Técnica de Assessoramento do CRH. A **Senhora Nazaré/SEMA** informou que o relatório será enviado para as instituições citadas, para fazerem as devidas complementações. O **apresentador** explicou que a recomendação foi no sentido de aumentar a efetiva proteção das áreas de recarga de aquífero, não somente nascentes e APPs, resgatando as APMs como espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público, e que há uma demanda à CAESB para aumentar o investimento na redução de perdas de água do sistema e, que foi encaminhado ofícios aprovado pelo CRH à ADASA, em dezembro de 2016, para que esta exija da CAESB apresentação de um plano estratégico com prazos, custos e fontes, estabelecendo metas e meios para superar a crise atual, sendo uma recomendação do Ministério Público. A **Conselheira Maria do Carmo/CAESB** explicou que sobre a demanda à CAESB há um cronograma pronto, com vários contratos que já estão em andamento, com fontes de recurso definida, alguns com recursos do BID. Sugeriu que fizessem dois endereçamentos, um com a questão de perdas, e outra com a questão dos enfrentamentos emergenciais. Ressaltou que é importante fazer a consulta ao próprio Comitê de Crise do DF, pois está atualizado. O **apresentador** expôs que a Recomendação nº 7 é a proposta de revisão nas regras de outorga para garantir um melhor e mais transparente controle e monitoramento pelo Poder Público e pela sociedade, e promover a urgente integração da emissão de outorga com licenciamento. Acrescentou que uma recomendação do Ministério Público é um debate iniciado em dezembro de 2016, no âmbito do CRH, em que foi elaborado o histórico da temática de outorga no CRH DF com todos os encaminhamentos a respeito do assunto até a presente data. Também trás recomendação para que a ADASA alterasse o critério da taxa de contingência pelo racionamento, para implantar maior progressividade na tarifa de contingência. Sobre este ponto o apresentador explicou que, sobre este recurso seja dada maior transparência e se processo debate mais amplo sobre a destinação e uso dos recursos da taxa de contingência. Foi realizada uma audiência pública no dia 07/03/2017, pela ADASA, com objetivos de obter subsídios e informações adicionais referentes à minuta de Resolução com os procedimentos operacionais para acesso aos recursos oriundos da tarifa de contingência, aplicados pela CAESB em via da situação crítica de escassez hídrica. Outra recomendação é a demanda por um programa robusto de recuperação do cerrado e de áreas nascentes, matas ciliares e áreas prioritárias para recarga de aquífero e produção de água, priorizando as APMs, com ênfase na Bacia do Descoberto. A próxima recomendação foi garantir o controle efetivo sobre os postos em funcionamento e abertura de novos postos em área urbana e rural, sobretudo, nos finais de semana, e sobre os postos irregulares existentes com aumento da fiscalização estratégica e a criação de um

cadastro de empresas e caminhões que perfuram postos com controle, inclusive, por GPS, sendo ADASA e IBRAM, como principais atores. O relatório recomendou também, a ampliação do racionamento na região abastecida pelo reservatório Santa Maria, como apoio a proposta de parceria da ADASA e do ICMBio com a Polícia Militar Ambiental, que possui um efetivo de 500 policiais para fiscalização do uso irregular ou ilegal da água nas áreas de proteção de mananciais e nas APAs do Descoberto e do Planalto Central. A 14ª recomendação é promoção, através de investimentos robustos de Fundo de Recursos Públicos para desenvolver novas tecnologias de reuso de água, como também a proposta que seja viabilizada a regulamentação pela ADASA e CAESB para reuso de águas cinza nas edificações, bem como, novas tecnologias menos intensivas em consumo de água para prédios e atividades industriais, residenciais e comerciais. O **presidente da reunião** informou que irão enviar o relatório para as instituições citadas estudarem e atualizarem as informações e, também, para os órgãos que não responderam às solicitações feitas pelo GT. A Conselheira **Alba/ADASA** relembrou que em reunião conjunta dos Comitês de Bacia foi retirada uma moção para a ADASA contratar o estudo do reuso da água, pois ainda não há uma Resolução, por se tratar de um assunto delicado e que tem que ser estudado com bastante cuidado. A **Servidora Maricleide/SEMA** esclareceu que a razão pela qual a SEMA criou o GT foi para analisar os 22 pontos mencionados e tratados nas reuniões desse Conselho, referentes a crise hídrica, pontos estes que constavam no documento assinado pelo Presidente do Conselho, que são de fato as recomendações do CRH para o combate da crise hídrica. Resumiu que o propósito desta apresentação é que o Conselho se debruce sobre pontos analisados pelo GT. O **apresentador** passou a 15ª recomendação, direcionada à CAESB, para que elabore e dê total transparência aos dados de consumo de água, desagregando por setor: residencial, comercial, industrial, e também por Região Administrativa. A **Conselheira Alba/ADASA** complementou que a revisão será feita. Lembrou que a ADASA está finalizando o processo de licitação da contratação do Plano de Bacia do Paranoá, e que estão com dois termos de referência prontos, e o PGRH vai consolidá-los. O **apresentador** prosseguiu com a 17ª recomendação, que é a proposta ao Governo do DF para implementar ampla campanha de comunicação de massa para o uso consciente da água. Lembrou que esta recomendação está em processo de execução pela ADASA e CAESB, além do que o IBRAM, CAESB e ADASA realizam por meio da educação ambiental. A próxima recomendação é para ampliar significativamente os esforços em educação ambiental formal e informal com foco em gestão e economia de água, com ampliação dos investimentos que hoje são incipientes nessa área. O responsável pela execução é o GDF, contudo cabe à Secretaria de Educação e Mobilização Socioambiental da SEMA complementar informações. A 19ª recomendação é para a implementação do sistema integrado de dados e informações sobre água e meio ambiente, integrar Siturb, SisÁgua e SisDia. Registrou que o SisDia não foi implementado ainda, o SisÁgua ainda está em processo de proposição, e o único sistema de fato implementado é o Siturb. A 20ª recomendação é garantir a integração efetiva dos instrumentos jurídicos de planejamento territorial entre os quais destacamos o ZEE, como base para revisão e aprovação do PDOT, LUOS, Lei de Permeabilidade, instrumentos de licenciamento. Lembrou que há também, entre as recomendações do MPDFT para a necessidade de integração desses temas. Informou que o GT também fez essa recomendação, e a proposta do ZEE ainda está em

processo de aprovação. Quando o ZEE entrar em vigor está integração deve também estar em andamento. A próxima é para melhorar a articulação com o Governo Federal e Goiás para garantir ações integradas para enfrentamento de crise hídrica, por exemplo, a finalização das obras de Corumbá IV e o controle de outorgas e ocupação irregular do solo na Bacia do Descoberto, parte que fica no Estado de Goiás, com a implementação do Parque Estadual do Descoberto. Comunicou que na 26ª reunião extraordinária do CRH/DF, realizada dia 08/02/2017, foi proposta reunião com as entidades no Estado de Goiás, e na 22ª reunião ordinária do CRH realizada no dia 10/03, o presidente do CRH informou que a reunião foi realizada em Goiânia, com o secretário da CESIMA e com a prefeitura de Águas Lindas de Goiás. A recomendação 22 é para a criação do Núcleo Central do Governo Distrital, um Comitê ou instância de alto nível para integração e coordenação de políticas de ações de Governo para enfrentamento da crise hídrica, e que essa argumentação já foi implementada, e o Comitê atua coordenado pela Casa Civil no qual foi construído o “Plano Integrado de Enfrentamento da Crise Hídrica”. Finalizou com a recomendação 23, que é de fazer avaliação responsável e consistente acerca de eficácia e efetividade do Sistema Distrital de Gerenciamento de Recursos Hídricos para garantir a segurança hídrica no DF e evitar que outras crises tão mais graves que a atual, se repitam, sobretudo, considerando os cenários climáticos futuros. Explicou que em diversas reuniões do CRH, principalmente com a escassez hídrica foi apontada a necessidade de discutir os papéis da cada ente do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e que existem lacunas e sobreposições que a própria revisão do PGIRH pode ser uma oportunidade de visitar alguns desses temas, porém, explicou que se trata de uma ação que ainda não foi direcionada de uma forma mais objetiva. A servidora Maricleide Maia/Gerente de Colegiados/SEMA esclareceu que o documento apresentado foi resultado de uma solicitação do Secretário de Meio Ambiente para analisar dois documentos: um do MPDFT “Contribuições do MPDFT para o enfrentamento da crise hídrica no Distrito Federal - Procedimento Administrativo - PA nº 08190.046097/16-87” e outro do CRH/DF “Relatório-síntese das plenárias do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal”. Esclareceu que o documento do CRH que foi analisado reunia 23 pontos que já foram, de alguma forma, mencionados neste Conselho. E o documento do MPDFT trazia 64 contribuições para o enfrentamento da crise hídrica. Neste sentido foi solicitado ao GT que se procedesse a análise no documento para verificar, para cada recomendação no documento do MPDFT: a quem competia a execução do que foi recomendado, naquelas de competência da SEMA, qual o *status* de execução e/ou razões para não execução (se houver) e quem era o responsável pela execução na SEMA. No documento do CRH foi avaliado: responsável pela execução de cada recomendação e o *status* de execução. Para melhor orientar sobre o andamento e necessidade da atividade orientada no documento o GT criou duas colunas no quadro resumo das atividades onde continha: observações do GT e a pergunta se a partir da situação de escassez hídrica recomendação foi objeto de pauta no CRH/DF ou se apenas mencionada em reunião do Conselho? Os resultados da análise constam no documento. Lembrou ainda que o documento que trás as recomendações do CRH/DF, é um recorte temporal de outubro de 2016 até março de 2017 quando o documento foi consolidado. Lembrou que a ideia quando este trabalho foi solicitado era de se ter um diagnóstico das pautas importantes de sobre a crise hídrica e qual o *status* de execução destas e que a partir desse olhar minucioso o CRH

se aproprie deste documento para, a partir de então definir como estes temas, e outros que surgirão em decorrência destes, serão tratados neste Conselho. O **presidente da reunião** informou que o documento do GT será enviado aos Conselheiros e que servirá de base para a avaliação do CRH e a partir da avaliação o Conselho construa uma pauta inicial ou anual para as discussões. A Conselheira **Mônica/Fórum de ONGs** comunicou que o material é de grande ajuda dentro do Conselho, e quanto à menção ao zoneamento, registrou que no Fórum das ONGs não obtiveram uma resposta em relação ao que foi colocado na 2ª Audiência Pública. Acrescentou que tem ciência que foi encaminhado à Casa Civil, porém, não obtiveram retorno dos itens que consideram importantes, algo que consideram grave, no sentido de que não há ciência de que todos os pontos apontados como importantes foram incluídos na proposta que foi para a apreciação do legislativo. O **Presidente** da reunião se comprometeu em verificar e, em breve, responder à Conselheira. O **Item 2a** foi retirado de pauta. Não havendo mais considerações, o Presidente agradeceu a todos pela participação e encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada por todos os Conselheiros presentes e, posteriormente, publicado seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.